

## **COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

**REQUERIMENTO N° , DE 2005**

Senhor Presidente,

REQUEIRO a Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno que, ouvido esse Plenário, se digne a convidar os Senhores **Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Paulo Skaf, presidente da FIESP, Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, João Felício, presidente da CUT e André de Almeida, coordenador do Fórum Permanente de Combate à Pirataria**, para, em audiência pública, debaterem sobre o Memorando de Entendimentos assinado em abril de 2004, em que o governo brasileiro reconhece a China como Economia de Mercado.

### **JUSTIFICATIVA**

A Luta contra a pirataria, o contrabando, a falsificação de produtos e o subfaturamento requer esforço conjunto do governo e dos diversos setores da economia, empresários e trabalhadores, com vistas a um enfrentamento consistente e permanente do crime organizado nesses segmentos.

Nada obstante campanhas exitosas desenvolvidas pela sociedade, como a que vem travando há cinco anos a Confederação dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), a Força Sindical, bem assim o excelente trabalho realizado pela CPI da Pirataria nesta Casa, culminando com apreensões e prisões de chefes de quadrilhas, a invasão de produtos pirateados no país continua.

Por outro lado, pesquisa recentemente encomendada pela Confederação dos Trabalhadores Metalúrgicos revelam dados estarrecedores, no que diz respeito ao nível de emprego nessa área. Em 2003, por exemplo, o Brasil importava 126 mil

aparelhos de DVDs acabados. Já em 2004 a importação desse produto salta para 2 milhões, tendo-se a estimativa de que em 2005 serão importados cerca de 6 milhões , dados que se confirmados poderão exterminar 8 mil empregos na Zona Franca de Manaus.

Outro exemplo que vale mencionar é o da lâmpada eletrônica que hoje detém 12 marcas no Brasil, produto totalmente importado da China, somente restando para a indústria brasileira a embalagem, causando uma perda provável de cerca de 10 mil empregos.

Outros segmentos que hoje se encontram prejudicados são, as indústrias têxtil, de brinquedos, de programas de Computadores, de relógios, Medicamentos, Cds e DVDs.

Nessa mesma linha, o Jornal o Globo, de 11 do corrente, informa que o Setor Têxtil entrará com 70 processos contra produtos importados da China, junto ao Departamento de Defesa Comercial (Decom), do Ministério do Desenvolvimento, alegando não tratar-se de medida protecionista, mas de estarem sofrendo concorrência desleal.

Segundo ainda a pesquisa encomenda, Senhor Presidente, a perda de receitas decorrente dessa invasão e subfaturamento de produtos chineses pode chegar a dezenas de bilhões.

Eis pois as razões pelas quais solicitamos a realização de Audiência Pública e para o que esperamos contar com o apoio de nossos pares nesta Comissão.

Sala das Comissões,                   de agosto de 2005.

**Deputado CLÁUDIO MAGRÃO – PPS/SP**